



### 27) Reclamação

“H” foi preso em flagrante pela prática de homicídio qualificado. Seu advogado pleiteou ao magistrado da Vara do Júri, para onde foi distribuído o inquérito, a liberdade provisória. Negada esta, alegando o juiz não poder concedê-la por se tratar de crime hediondo e, por isso, grave, a defesa impetrou *habeas corpus* e o Relator da Seção Criminal do Tribunal de Justiça, liminarmente, concedeu a ordem, afirmando que o réu é primário, não tem antecedentes, não preenche nenhum requisito do art. 312 do CPP, bem como há forte possibilidade de haver desclassificação para homicídio simples, logo, o melhor caminho é aguardar solto o decurso da instrução. Essa decisão foi confirmada, integralmente, pela Câmara. Foi colocado em liberdade. Finda a investigação policial, o magistrado, ao receber a denúncia decretou a prisão preventiva do réu, alegando que a prática de homicídio qualificado, crime hediondo, é grave e afeta a ordem pública. A defesa ingressou com reclamação.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.<sup>1</sup>

“H”, por seu advogado (documento n.º \_\_\_\_), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

#### RECLAMAÇÃO,<sup>2</sup>

com fundamento no art. 13 da Lei 8.038/90, bem como no art. 659 e seguintes do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a respeitável decisão do MM. Juiz da \_\_\_\_.<sup>a</sup> Vara do Júri da Comarca de \_\_\_\_, exarada nos autos do processo-crime n.º \_\_\_\_, que lhe move o Ministério Público do Estado de São Paulo, pelos seguintes motivos:

#### I. DOS FATOS

O reclamante foi preso em flagrante, no dia \_\_\_\_, sob a acusação de ter cometido homicídio qualificado (art. 121, § 2.º, II, do Código Penal). Entretanto, cuidando-se de crime passionai, cometido sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, o que já ficou evidenciado na lavratura do auto de prisão em flagrante (documento n.º \_\_\_\_), a defesa pleiteou ao magistrado da Vara do Júri a liberdade provisória (documento n.º \_\_\_\_). Muito embora tenha sido indiciado pela prática de homi-

<sup>1</sup> Os Regimentos Internos dos Tribunais disciplinam a competência e o processamento da reclamação. Em São Paulo, consultar os arts. 659 a 666 do RITJSP. No STF, consultar os arts. 156 a 162. No STJ, consultar os arts. 187 a 192. O pedido, em regra, é dirigido ao Presidente da Corte.

<sup>2</sup> Maiores detalhes sobre a reclamação, consultar as notas 7 a 9 do Livro III, Título II, Capítulo II, do nosso *Código de Processo Penal comentado*.

cídio qualificado pela futilidade, há nítida viabilidade de ocorrência de desclassificação para a forma simples ou mesmo privilegiada do delito, além de ser o acusado primário, com bons antecedentes, possuidor de emprego e residência fixos. Portanto, nenhuma das hipóteses da prisão preventiva (art. 312, CPP) estava presente.<sup>3</sup>

Ainda assim, o ilustre magistrado negou-lhe o pedido (documento n.º \_\_\_\_), afirmando que, por se tratar de crime hediondo, a gravidade do fato sustenta a prisão cautelar.

Impetrou-se *habeas corpus*, com pedido liminar, prontamente concedido pelo eminente Presidente da Seção Criminal do E. Tribunal de Justiça<sup>4</sup> (documento n.º \_\_\_\_), colocando-se o indiciado em liberdade, decisão posteriormente confirmada pela Colenda Câmara para a qual foi distribuído o feito, cujo relator foi o ilustre Desembargador \_\_\_\_.

No v. Acórdão (documento n.º \_\_\_\_), constou, expressamente, que uma das razões para a concessão da liberdade provisória era a inexistência de qualquer dos requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312 do Código de Processo Penal).

Findo o inquérito, na mesma decisão que recebeu a denúncia por homicídio qualificado (art. 121, § 2.º, II, CP), o MM. Juiz decretou a prisão preventiva, alegando que, no seu entendimento, o delito seria grave, hediondo e causador de perturbação da ordem pública, motivo pelo qual o réu deveria aguardar preso o transcurso da instrução (documento n.º \_\_\_\_).

## II. DO CABIMENTO DO RECURSO

A reclamação volta-se à garantia da autoridade dos julgados dos Tribunais. No caso apresentado, o MM. Juiz, ao decretar a prisão preventiva, afirmando existir, na sua ótica, elementos suficientes, consistentes na gravidade e hediondez do delito e, por consequência, na afetação da ordem pública, desrespeitou o v. Acórdão da \_\_\_\_.<sup>a</sup> Câmara Criminal, que, abordando exatamente o mesmo tema, deliberou *inexistir* qualquer requisito do art. 312 do Código de Processo Penal a justificar a permanência do reclamante no cárcere.

Não poderia, portanto, o magistrado de primeiro grau tornar a discutir o que já fora decidido pela instância superior, ferindo a autoridade de seu julgado.

<sup>3</sup> Deve-se apresentar toda a documentação necessária para instruir o pedido.

<sup>4</sup> O pedido de concessão de liminar de *habeas corpus* é decidido pela autoridade judiciária indicada no Regimento Interno do Tribunal. No caso de São Paulo, cuida-se do Presidente da Seção Criminal.

### III. DO DIREITO

O reclamante não negou a prática do delito, embora tenha invocado estar sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, alegação constante de seu interrogatório no auto de prisão em flagrante. Como já apreciado pelo E. Tribunal, é primário, não tem antecedentes criminais, possui emprego fixo e residência certa. O crime foi, no entendimento da autoridade policial, classificado como homicídio qualificado pela futilidade. Entretanto, antes mesmo de findar a investigação preparatória da ação penal, o indiciado recebeu o benefício da liberdade provisória, com justiça, por lhe ter sido concedida ordem de *habeas corpus* pela \_\_\_\_.<sup>a</sup> Câmara Criminal, em votação unânime.

O julgado bem apreciou a matéria, inclusive ressaltando que, havendo viabilidade para a desclassificação do delito da forma qualificada para a simples (ou mesmo para a privilegiada) e não estando presentes as condições do art. 312 do Código de Processo Penal, merecia o réu o direito de aguardar o julgamento em liberdade provisória.

Em suma, não somente a Colenda \_\_\_\_.<sup>a</sup> Câmara operou com o devido acerto, como também cuidou de abordar exatamente o fundamento que levou o MM. Juiz a decretar a preventiva.

Dessa forma, há de se garantir a autoridade do v. Acórdão proferido em \_\_\_\_ (data).

### IV. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se a imediata distribuição da reclamação ao ilustre Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º\_\_\_\_, da \_\_\_\_.<sup>a</sup> Câmara Criminal desse E. Tribunal, pleiteando-se, desde logo, seja ordenada a cassação da ordem de prisão proferida pelo MM. Juiz da \_\_\_\_.<sup>a</sup> Vara do Júri da Comarca de \_\_\_\_, recolhendo-se o mandado de prisão já expedido, porém não cumprido. Após, requisitadas as devidas informações da autoridade judiciária de primeira instância e ouvido o Ministério Público, requer-se o encaminhamento do recurso ao E. Órgão Especial para que seja julgado procedente, cassando-se a decisão exorbitante do v. Acórdão.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Advogado